

JUSTIÇA



Lei Maria da Penha

10 anos de luta contra a violência doméstica

**Setores GTJud-3 e URPD no
auxílio à unidades judiciais**

**Servidor aposentado conduz
a Tocha Olímpica**

**Juiz expõe em fotos
a Cuba de hoje**

**Entrevista com o corregedor
Pereira Calças**

**Curso de automotivação
“Transformando Vidas”**

Editorial	3
“Navigare necesse; vivere non est necesse”	
Capa	4
Somos todos Maria da Penha 10 anos de luta contra a violência doméstica	
Entrevista	8
Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, corregedor-geral da Justiça	
Como funciona	11
Os heróis da eficiência Setores GTJud-3 e URPD auxiliam unidades judiciais	
Bem-estar	15
Acontece	16
Motivar para transformar Treinamento de automotivação “Transformando Vidas”, no Foro Regional de Itaquera	
Leitura jurídica	18
Perfil	19
Servidor aposentado conduz a Tocha Olímpica Orlando Theodoro da Silva conduz a chama olímpica em Paraguaçu Paulista	
Cultura	22
Juiz expõe em fotos a Cuba de hoje Juiz Enio Godoy realiza exposição fotográfica sobre a ilha de Cuba	
Sessão Justiça de Cinema	26
Julgamento em Nuremberg	
Imagens	30

“Navigare necesse; vivere non est necesse”

Esta frase, que ganhou notoriedade na poesia do genial escritor português Fernando Pessoa, é atribuída ao general Pompeu, que, por volta de 70 A.C., quando Roma se transformava em um império de dimensões sem precedentes, foi incumbido da missão de transportar o trigo das províncias para abastecer a cidade de Roma.

Embora ao longo de sua história o Império tenha privilegiado o transporte de mercadorias por via marítima, o Mediterrâneo (ou “Mare Nostrum”) sempre guardava grandes riscos, em virtude das limitações tecnológicas e dos frequentes ataques piratas. A tripulação, sob comando do general Pompeu, vivia o dilema entre a urgente salvação do povo de Roma ante a crise de desabastecimento e a possibilidade de uma estada tranquila na ilha da Sicília.

Foi então que a Pompeu coube, enquanto líder daquela campanha, a convocação de seus soldados, traduzida pelo poeta Fernando Pessoa como “navegar é preciso; viver não é preciso”. Na leitura do poeta, a navegação, ciência exata, precisa, conduziu às conquistas do Império Romano; a vida, a seu turno, carece dessa precisão. Navegar e viver são ações que se complementam e que se entrelaçam rumo às conquistas do homem.

Assim como fez Fernando Pessoa, também podemos ressignificar este lendário lema. Hoje, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, armado de seu capacitado corpo funcional e de sua estrutura tecnológica, navega por mares desconhecidos, buscando a convergência de esforços para comunicar a construção de uma imagem única e harmônica desta

que é uma das mais importantes instituições paulistas.

Nessa toada, o Tribunal vem investindo esforços na criação de um sistema integrado de comunicação social e marketing institucional, a fim de fixar, tanto para o público interno quanto para o público externo, seus princípios, seus valores e sua missão, diante de um cenário jurídico que enfrenta constantes turbulências.

Se, por um lado, esta Presidência da Corte Bandeirante não tem medido esforços para apresentar seu comprometimento social perante os Poderes Executivo e Legislativo, quer em âmbito estadual, quer em âmbito federal, sempre atenta aos temas que afetam diretamente à Administração do Tribunal de Justiça, de outro, vem buscando, com precisão, unificar a linguagem da comunicação institucional, proporcionando a magistrados e servidores informações sobre o funcionamento e as atividades do Tribunal de Justiça.

A utilização de novos mecanismos de distribuição de material e divulgação por novos meios digitais, como o Telegram, demandaram a união de várias unidades administrativas, incentivando o compartilhamento de informações, em benefício do interesse público e da concretização de sua responsabilidade social.

Apadronização de rotinas judiciais e administrativas tem garantido, paulatinamente, a segurança da comunicação e da prestação dos serviços jurisdicionais, evidenciando o fortalecimento da Corte para o necessário enfrentamento de mares tão revoltos.

O conteúdo desta Revista Eletrônica vem ao encontro dos esforços de navegação que têm

sido empreendidos durante este primeiro ano de gestão. Inicia pela apresentação da Campanha “Somos Todos Maria da Penha”, em comemoração aos dez anos de envolvimento do Tribunal de Justiça na luta contra a violência doméstica e segue ao relato de dedicação e vocação do Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, Corregedor-Geral do Tribunal de Justiça; depois, traz à colação: a criação do GTJud-3 e da Unidade Remota de Processamento Digital (URPD) como mecanismos de otimização das atividades jurisdicionais na primeira instância; a divulgação de programas da Secretaria da Área da Saúde – SAS, a parceria entre a Escola Judicial dos Servidores – EJUS e a Fundação Fraternidade Judiciária e a participação do Tribunal de Justiça na condução da Tocha Olímpica como forma de aproximação, cuidado e respeito de nosso corpo funcional; a divulgação de atividades culturais, como a exposição de fotos da Nova Cuba e a crítica do filme sobre o controverso julgamento de Nuremberg demonstram a conexão da Corte e de seus membros com um mundo em que as distâncias são cada vez menores.

Nossa empreitada, em busca de uma imagem única, precisa, forte e transparente, não é fácil. Precisamos de todos unidos nesse mar, onde somente uma embarcação que navegue de forma coesa poderá resistir aos reveses, sem perder o rumo. Cada um de nós, sob comando de nossos remos, é essencial nesse mister. E, somente juntos, superaremos as imprecisões da vida. #somosTJSP

**PAULO DIMAS DE BELLIS
MASCARETTI**
Presidente do TJSP

Somos todos Maria da Penha

“Uma lei não tem vida por si só e, por ser a violência de gênero um fenômeno social complexo, precisa de ações efetivas e conjuntas dos vários órgãos governamentais” (desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida)

A violência doméstica contra a Mulher é um problema enraizado na sociedade brasileira, que somente será superado de forma gradativa, com o esforço de todos. “O ciclo de violência de gênero se instala, quase sempre, de forma invisível, iniciado por pequenos desentendimentos, ofensas, empurrões e, a partir daí, cresce e se agrava. Ele ocorre no âmbito privado, no interior do lar, tendo como testemunhas apenas os filhos e parentes mais próximos,” afirma a desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, coordenadora da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp). Fatores como pobreza, desconhecimento jurídico, questões culturais ou religiosas também influenciam no processo. Para se romper esse ciclo, faz-se necessária a intervenção dos órgãos públicos e de uma Rede de Atendimento, para acolher a vítima e dar auxílio a toda a família. O acesso ao Judiciário permite que a vítima enfrente e rompa o ciclo de violência de forma eficaz e garante aos filhos e familiares uma condição segura de vida.

Em 1994 foi aprovada a Convenção

Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também denominada “Convenção de Belém do Pará,” que se tornou a primeira e única convenção adotada no mundo com esse objetivo. Mas foi a partir da denúncia do caso de Maria da Penha Maia Fernandes, vítima emblemática da violência doméstica, que a proposta de uma legislação específica para tratar o assunto ganhou força. Sobrevieram as Recomendações 54/01 e a Notificação do Caso nº 12.501, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que ensejaram a implementação de diversas ações por parte do Estado brasileiro, dentre elas a criação de uma Lei de combate à violência doméstica contra as mulheres.

Neste cenário surgiu a Lei 11.340/06, denominada Lei Maria da Penha, visando oferecer resposta para a violência doméstica e familiar contra a mulher, que em seu artigo 6º prevê que a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

A Lei Maria da Penha apresentou uma matriz diferenciada ao tratar da violência de gênero e exigiu do Poder Judiciário certa adaptação.



Por essa razão, em 2009, sob os cuidados de uma equipe formada pelo presidente da Sessão Criminal, desembargador Eduardo Pereira, foi instalado o primeiro Juizado Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, anexo à 8ª Vara Criminal, que antecedeu a Vara do Foro Central da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, oficialmente instalada em 2011, durante a gestão do desembargador Ciro Pinheiro e Campos na Presidência da Seção Criminal.

Em 2011 foram instaladas mais seis varas especializadas: duas na zona leste, duas na zona sul, uma na região norte e uma na região oeste de São Paulo. Todas as varas contam com equipe técnica multidisciplinar, formada por psicólogas e assistentes sociais, que dão suporte às decisões



Paula Lima

dos magistrados. No interior existem varas especializadas em Guarulhos, São José dos Campos, Sorocaba e Suzano, além do Anexo de Ribeirão Preto. “Em relação à violência doméstica, o Poder Judiciário ultrapassou a obrigação funcional de julgar os casos de agressões contra a mulher no âmbito familiar e se humanizou em todas suas esferas”, afirma a desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, vice-coordenadora da Comesp.

Instalada, em 2012, como órgão colegiado de assessoria à Presidência do Tribunal de Justiça, a Comesp é constituída por cinco magistradas: desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida (coordenadora), desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida (vice-coordenadora) e juízas Elaine Cristina

Monteiro Cavalcante, Maria Domitila Prado Manssur Domingos e Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos. A desembargadora Maria Tereza do Amaral também participou da Comesp, sendo substituída pela desembargadora Rachid Vaz de Almeida. A coordenadoria trabalha em duas frentes: apoio à instalação das varas especializadas, dando subsídios ao Tribunal, e também atuando junto com instituições que formam a Rede de Atendimento ligada ao enfrentamento da violência.

A Comesp participa da campanha nacional “Compromisso e Atitude” e, em 2011, por iniciativa do Tribunal, foi firmado acordo junto a órgãos do Governo Estadual (todas suas secretarias), Assembleia Legislativa, Município de São Paulo (todas suas

secretarias), Ministério Público, Defensoria Pública, Polícias Cíveis e Militares, Guarda Civil Municipal, Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, Conselho da Condição Feminina, Escola Paulista da Magistratura (EPM), Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e algumas entidades civis, para trabalho em conjunto. “Desde a assinatura do acordo, são realizadas reuniões bimensais para o aperfeiçoamento da aplicação da Lei Maria da Penha. Entendemos que uma lei não tem vida por si só, mas ela precisa de ações efetivas e, por se tratar de um fenômeno social complexo, é necessária a atuação conjunta de vários órgãos governamentais. Essa atuação conjunta tem dado ensejo a ações concretas e projetos, encampados

por todos,” diz a desembargadora Angélica Mello de Almeida.

Para marcar os 10 anos da Lei Maria da Penha, o TJSP promoveu projetos e campanhas para mostrar à sociedade que a vítima de violência de gênero, doméstica ou familiar não está sozinha e conta com o apoio do Judiciário paulista. Instituiu a campanha “Rompa o Silêncio, você não está sozinha! #Somos Todas Maria da Penha” – que tem como embaixadora a cantora Paula Lima; assinou termo de cooperação para realizar o Projeto Fênix – vítimas de violência doméstica com sequelas físicas terão acesso a cirurgias estéticas e reparadoras pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e a tratamento odontológico integral e gratuito oferecido pelo “Projeto Apolônias do Bem”, da rede de dentistas voluntários ONG Turma do Bem; lançou o selo “TJSP nos 10 anos da Lei Maria da Penha,” confeccionado pelos Correios, e prestigiou a conclusão da primeira fase do “Projeto Arte Grafite”, painel alusivo à Lei Maria da Penha, pintado no muro que ladeia a Rua Conde de Sarzedas com a esquina Praça João Mendes, obra dos artistas Aleksandro Reis e o Grupo Opni.

Durante a semana da Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa – 10 anos da Lei Maria da Penha, promovida pela ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, presidente eleita do Supremo Tribunal Federal,

foi realizado no Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães, na Barra Funda, evento com palestra da psicóloga Branca Paperetti. A plateia foi composta por mais de duzentas convidadas, mulheres vítimas de violência doméstica, atendidas pelas varas especializadas da Capital e de Santo André. O evento também propiciou acesso a cursos e oficinas oferecidos pela Rede de Atendimento, com enfoque no empoderamento da mulher em risco de violência de gênero, doméstica e familiar.

Segundo dados do Mapa da Violência, feito por meio de mapeamento de dados coletados no trabalho do Disque 180, em 2014 foram 52 mil reclamações e 76 mil em 2015, ou seja, um aumento de mais de 46%. Isso se deve ao aumento da quantidade de denúncias? Para a juíza Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos não é simples identificar qual efetivamente é o fundamento e o motivo do crescimento. “Em uma visão bastante particularizada, e sem que eu tenha feito qualquer pesquisa a respeito, penso que o crescimento é decorrente da maior visibilidade da lei e das políticas públicas de erradicação da violência de gênero, o que permitiu às vítimas ter mais acesso ao Sistema de Justiça e a questão se tornar mais conhecida.”

Para a juíza Tatiane Moreira Lima, da Vara da Violência Doméstica

do Butantã, um fator importante para o aumento das denúncias é o exemplo de mulheres que denunciam e inspiram outras a denunciar. “O fortalecimento da Rede de Atendimento também é um fator, pois se a mulher identifica que existem serviços que podem lhe auxiliar naquele momento difícil, ela se sente acolhida e se fortalece para buscar o Judiciário como porta para ajuda.”

A desembargadora Angélica Mello de Almeida entende que o caminho a ser percorrido no combate à violência doméstica ainda será longo.

“Educação em igualdade de gênero para crianças deve começar em casa e na escola, desde a primeira infância”

“Em virtude da existência de matriz diferenciada para enfrentamento da violência doméstica, apresentada pela Lei Maria da Penha, que determina ser uma a competência do juizado de violência doméstica, abrangendo a área cível e criminal, considero que será um passo importante do TJSP assegurar que esse juizado atue em toda a sua plenitude.”

Para a desembargadora Rachid Vaz de Almeida, o TJSP está no caminho certo, mas o trabalho não é fácil, pois depende de uma série de fatores. “Ainda há poucas varas especializadas em violência doméstica e, a meu ver, o número é insuficiente para atender a demanda. Infelizmente,



Des. Angélica de Maria Mello de Almeida



Des. Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida



Juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcante

todos sabemos da complexidade que envolve a instalação de uma vara e dos problemas orçamentários por que passa o Tribunal.”

A juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcante acredita ser importante que magistrados e magistradas tenham formação em questões de gênero. “A justiça no novo milênio reclama um magistrado mais próximo da sociedade, atento à efetividade de suas decisões, sem olvidar da perspectiva de gênero que deve norteá-las. Sem dúvida não será mais o frio e inflexível aplicador da lei.”

“Homem e mulher são diferentes, mas não desiguais. Não pode haver competição entre os gêneros. A beleza de um relacionamento e o sucesso de uma família é exatamente o resultado da soma desses opostos”

“Uma grande evolução no tratamento da questão pelo Judiciário se dará por intermédio da produção de pesquisas e da utilização da massa de dados que os sistemas informatizados do TJ produzirão”, afirma a juíza Tatiane Moreira Lima. “É necessário aperfeiçoar o SAJ para que seu banco de dados propicie informações importantes no que se refere à violência, a fim de alimentarem e direcionarem ações e políticas públicas. Por exemplo, locais de maior incidência, perfis

de vítimas, perfis de agressores, tipos de agressão e, desta forma, atacar de forma direcionada e inteligente a questão. Devemos tratar a violência como um problema epidemiológico e combatê-la de forma eficiente para debelá-la.”

O cumprimento integral da Lei Maria da Penha, que prevê a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência de gênero, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, é importante para o enfrentamento do problema, segundo a juíza Elaine Cristina Cavalcante. “A inserção nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de conteúdos que abordem os direitos humanos, a equidade de gênero e de raça ou etnia e o problema da violência doméstica e familiar contra a mulher, poderiam contribuir de forma importantíssima na formação de novas mentalidades. Educação em igualdade de gênero para as crianças deve começar em casa e na escola, desde a primeira infância.”

A juíza Teresa Cristina dos Santos concorda ser imprescindível que o tema seja objeto de divulgação e abordagem na educação. “Sem que haja questionamentos sobre violência de gênero de forma ampla, de maneira a questionar a relação desigual de poder que existe entre homens e mulheres, não haverá mudança efetiva. Precisamos

aprender a nos respeitar, quer sejamos homens ou mulheres, todos e todas com igualdade de direitos e obrigações.”

A juíza Tatiane Moreira Lima entende que mais delegacias da mulher, que atendam 24 horas, devam ser criadas, além de políticas públicas para tratar os agressores. “É necessária, também, a implantação de atendimento psicológico e de assistentes sociais dentro das delegacias, pois, a hora da denúncia é o momento em que a vítima está mais fragilizada e necessitando de ajuda. Muitas vezes suja de sangue, com roupas rasgadas, sem documentos, com os filhos sem alimentação e sem lugar para ir.”

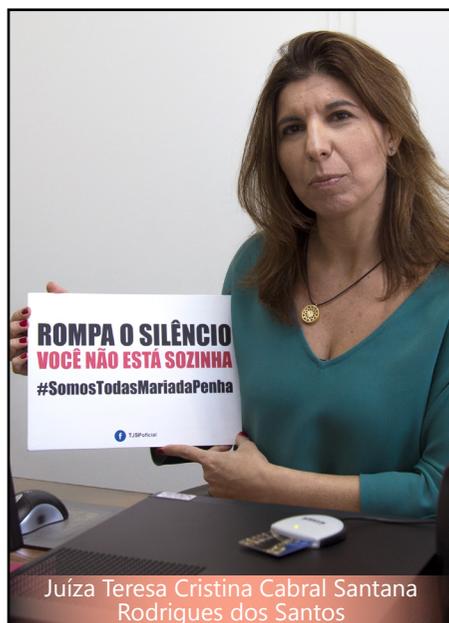
“A mulher tem que preservar e alimentar sua autoestima,” enfatiza a desembargadora Rachid Vaz de Almeida. “Nós mulheres somos absolutamente favoráveis à instituição do casamento e, em hipótese alguma, consideramos o homem um inimigo. Homem e mulher são diferentes, mas não desiguais. Um não deve tentar assumir o papel do outro. A mulher não precisa deixar de ser feminina, carinhosa e cuidadora para impor seus direitos. Não pode haver competição entre os gêneros. A beleza de um relacionamento e o sucesso de uma família é exatamente o resultado da soma desses opostos.”

Texto: Dicler Antonio

Fotos: Antonio Carreta e Ricardo Lou



Juíza Maria Domitila Prado
Manssur Domingos



Juíza Teresa Cristina Cabral Santana
Rodrigues dos Santos



Juíza Tatiane Moreira Lima

“Dedico-me com entusiasmo de vocacionado pela Magistratura, que considero missão de vida”

O corregedor-geral da Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, completou 40 anos de Magistratura no mês passado em meio a um dos maiores desafios da longa carreira, pois, a partir de janeiro deste ano esta à frente da Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Conheça um pouco mais da vida e carreira do magistrado

Pereira Calças nasceu no dia 15 de abril de 1950 em Lins, município situado a 440 km da Capital. Passou a infância na zona rural e lembra com carinho da época. “Na casa de meus avós paternos, Manoel Pereira Calças e Maria Augusta Lopes Pereira Calças, fui educado sob o rigor de uma família tradicional, que professava o catolicismo e onde o estudo era incentivado e exigido, cultuando-se os valores familiares, éticos e cristãos”, rememora o corregedor.

Seu avô paterno chegou ao Brasil quando ainda era jovem, vindo de Leiria, Portugal, e foi um dos primeiros moradores de Lins, iniciando atividade empresarial por volta de 1900. Já o avô materno se dedicava à pecuária de corte em suas fazendas no Estado do Mato Grosso. Dele, Pereira Calças herdou o gosto pela atividade, que hoje desenvolve com a ajuda da esposa, Maria Amélia de Almeida Junqueira de Andrade.

O desembargador é filho de Manoel Pereira Calças Filho e Maria

Abbadia Leal de Queiroz. “Ambos foram professores respeitados de diversas gerações de linenses”, conta. “Por isso, a exigência em relação aos meus estudos (e de meus irmãos) e ao rigor no comportamento ético, que implicava em educação extremamente severa e formal, com tarefas e leituras diárias, mas com muito amor.”

O ensino superior foi cursado na Faculdade de Direito de Bauru, onde conviveu com grandes professores e mentores. Bacharelou-se em 1972 e nunca deixou de estudar e se atualizar: especializou-se em Direito Penal na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, fez pós-graduação “lato sensu” em Processo Civil e em Direito Comercial na PUC-SP. Também cursou mestrado em Direito Processual Civil e mestrado e doutorado em Direito Comercial.

“Desde os bancos acadêmicos já havia decidido que a Magistratura seria o meu objetivo de vida”, diz. “Por tal motivo resolvi ser escrevente para trabalhar e conviver

com magistrados e aprender o ofício na prática.” Assim, atuou no 2º Tabelionato de Lins, já que à época os serviços judiciais eram de responsabilidade dos tabeliães. “Aprendi a admirar o trabalho dos magistrados, o comprometimento com a prestação jurisdicional, a postura no exercício do cargo, a cultura jurídica e geral dos juízes com quem trabalhei.”

Incentivado por colegas de mestrado que então eram juízes de Direito, logo que completou 25 anos – idade mínima então exigida para inscrição nos certames para a Magistratura paulista – Pereira Calças se inscreveu no 142º Concurso e, uma vez aprovado, tomou posse como 2º juiz substituto de São José do Rio Preto em 19 de agosto de 1976.

“Dediquei-me e dedico-me com todo o entusiasmo de vocacionado, autêntica paixão e fervor pela magistratura, que considero missão de vida”, afirma. Além de São José do Rio Preto, também passou pelas comarcas de Paulo de Faria, Tanabi



e da Capital. "Fui juiz criminal, cível, atuei em todas as áreas do direito público em geral, juiz de menores (como anteriormente denominava-se o juiz de infância e juventude), fui presidente de tribunal do júri e juiz eleitoral em todas as comarcas em que fui titular, inclusive na Capital", lembra ele, que também foi juiz assessor da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ). Em 1992 se tornou juiz substituto em 2º grau e em 1995 foi promovido para o 2º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo. Em 2005 tomou posse como desembargador.

Ano passado foi eleito por seus pares para ocupar o posto de corregedor-geral da Justiça durante o biênio 2016/2017. Segundo ele, as primeiras semanas foram dedicadas a dar atenção aos Departamentos Estaduais de Execuções Criminais (Deecrins)

das 10 Regiões Administrativas Judiciárias e às Varas das Execuções Criminais, notadamente da Capital e de Campinas. A população carcerária do Estado de São Paulo soma 232.500 detentos, acolhidos em 165 unidades prisionais, e existem mais de 500 mil execuções criminais em processamento. "Juntamente com a Presidência do Tribunal, magnificamente dirigida pelo presidente Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, trabalhei com a equipe de juízes auxiliares para o descongestionamento das execuções criminais e para o desenvolvimento e implantação das audiências de custódia", conta o corregedor.

As atribuições do cargo são definidas no Regimento Interno do TJSP, artigo 28. Entre elas está a responsabilidade de supervisionar

as atividades da Magistratura em 1º grau, que inclui processar as reclamações, instaurar sindicâncias, instaurar e instruir o processo de acompanhamento do desempenho dos juízes não vitalícios, entre outros. "A atuação da CGJ tem que ser eficiente e rigorosa. Os altos interesses da instituição têm que ser preservados. O jurisdicionado tem o direito constitucional de receber prestação jurisdicional de qualidade, justa, eficiente e célere", pondera o corregedor. "Não pode o juiz se olvidar de que é um servidor público que deve dar o exemplo, haja vista ser detentor de parte da soberania estatal, circunstâncias que exigem dele conduta ilibada, impecável e paradigmática."

Também cabe ao corregedor propor e adotar as medidas convenientes ao aprimoramento dos



Corregedor Manoel de Queiroz Pereira Calças em visita ao Complexo Judiciário Mário Guimarães

serviços judiciais. “Tenho conversado pessoalmente com todos os juízes que, por qualquer motivo, solicitam ou necessitam do aconselhamento e do apoio da Corregedoria sobre os mais diversos problemas do serviço judiciário”, explica. Outra atribuição é a fiscalização, em caráter geral e permanente, das atividades das delegações notariais e de registros. O movimento dos cartórios extrajudiciais do Estado de São Paulo corresponde a 70% do movimento de todo o Brasil.

Um dos principais instrumentos de atuação da CGJ são as correições gerais, ordinárias e extraordinárias, em que são visitados os cartórios, prisões e demais estabelecimentos

sujeitos à atividade correcional. “O cronograma de correições para este ano é intenso e, com certeza, será integralmente cumprido”, garante.

Fiscalizar estabelecimentos prisionais, decidir sobre a interdição de cadeias públicas, fiscalizar a atividade dos órgãos e serviços judiciais de primeira instância, inclusive propor à autoridade competente, quando for o caso, a pena de demissão de servidor e aplicar, originariamente, sem prejuízo da competência dos corregedores permanentes, as demais penas, são outras das responsabilidades do corregedor.

“Conto com a colaboração de dezoito juízes convocados que



Pereira Calças e o neto Lucas

têm notória especialização em todas as áreas de atuação da CGJ. Sem a inteligência, competência e dedicação deles, seria impossível exercer as funções do cargo. Ademais contamos com o trabalho direto de 150 servidores que dão o suporte técnico indispensável para o trabalho correcional.”

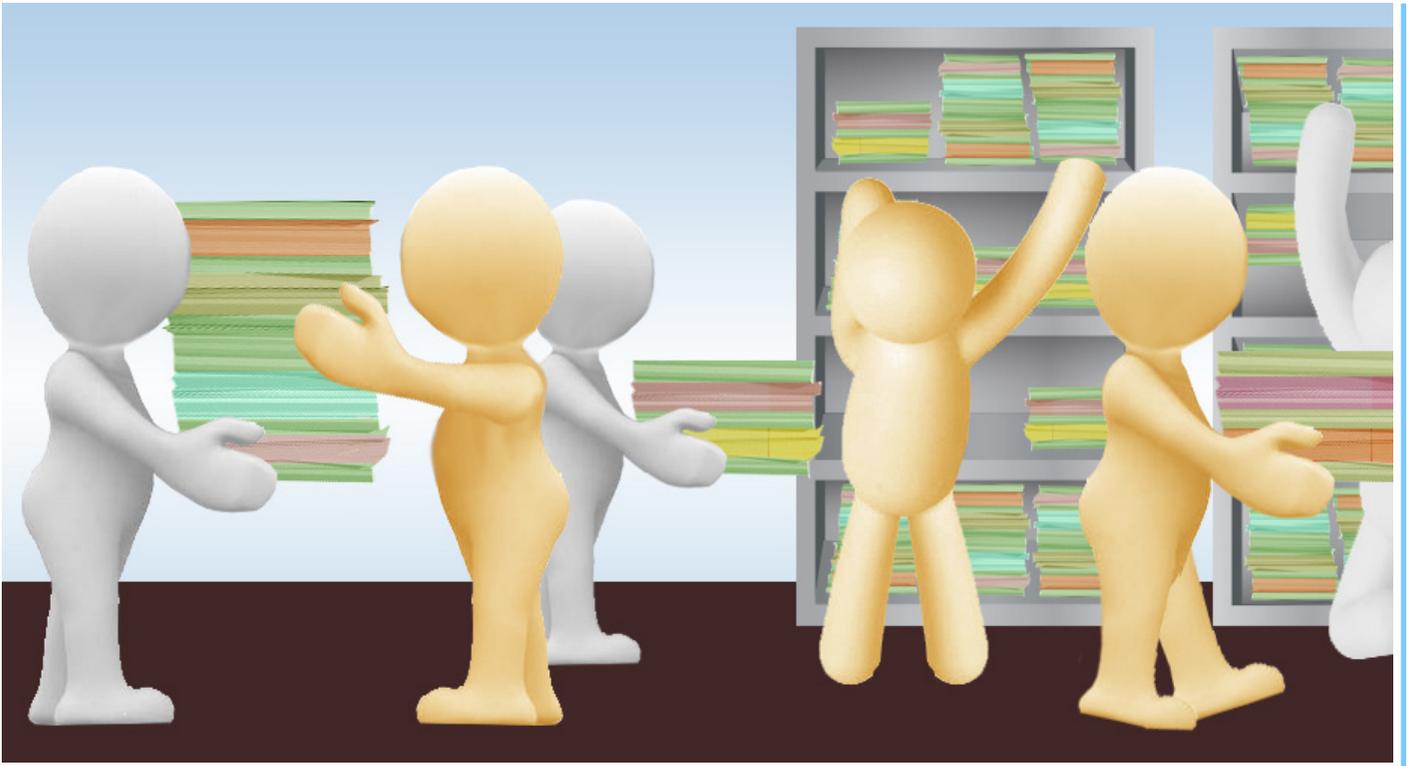
O magistrado também é reconhecido como um dos maiores especialistas em Direito Comercial do País. Em 2005 participou da formação da pioneira Câmara Especializada em Falências e Recuperações Judiciais, atualmente denominada 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial. Leciona a matéria na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, mas, por enquanto, está licenciado do cargo de professor da graduação e pós-graduação da PUC-SP. “O Direito Comercial entrou em minha vida aos poucos e, atualmente, tanto na Magistratura, como no magistério superior, dedico-me preponderantemente ao tema.”

Pereira Calças também é um professor dedicado, que ensinou gerações de operadores do Direito, muito dos quais reencontra já formados e atuando como juízes, advogados, procuradores e promotores de Justiça. “Sempre digo que ser professor é um dom que você traz em seu DNA. Gosto imensamente de ensinar aos jovens e conviver com a juventude é extremamente gratificante.”

O amor à sala de aula e ao mundo jurídico foi transmitido aos seus dois filhos, Ruth Maria e Thomaz, ambos professores universitários de Direito. Pereira Calças é casado há quarenta anos com Maria Amélia, empresária do ramo de moda e alta costura e administradora das propriedades rurais do casal. “Ela é o apoio indispensável para que eu possa me dedicar em tempo integral à Magistratura paulista e ainda exercer intensa vida acadêmica.” O casal já foi brindado pela vida com dois netos: Gabriel, de dez anos, e Lucas, de três. “Estou sempre com eles. São a alegria e a doçura dos avós.”

Texto: Guilherme Amorim
Fotos: Antonio Carreta

Os **HERÓIS** da eficiência



GTJud-3 e URPD auxiliam unidades judiciais com eficácia e celeridade. Criados para auxiliar varas sobrecarregadas, os dois setores movimentam milhares de processos por semana e se consolidam como alternativas importantes para desafogar o Judiciário

O quadro é conhecido: grande quantidade de processos, tempos de ciclos extensos e indesejados, poucos servidores para a enorme demanda de um Judiciário de litígios e, conseqüentemente, varas sobrecarregadas. Para combater esse panorama e propiciar um sistema de Justiça mais ágil e efetivo, o Tribunal de Justiça de São Paulo, em permanente evolução, criou recentemente dois setores para auxiliar as unidades judiciais de primeiro grau no

cumprimento de suas ações: O GTJud-3 e a Unidade Remota de Processamento Digital (URPD).

Vinculados à Corregedoria Geral da Justiça, os setores elaboram um plano de ação em busca da melhor metodologia para tornar mais eficiente a prestação jurisdicional. O trabalho começa quando é apurada a necessidade de ajuda, por meio de reclamação do jurisdicionado, solicitação do próprio juiz da vara ou visita correcional. Após diagnóstico, é aberto um expediente

de acompanhamento. Se houver necessidade de auxílio quanto aos processos físicos, reorganização do cartório e/ou implantação de práticas cartorárias padronizadas, o serviço é feito pela equipe do GTJud-3. Mas, se o auxílio estiver ligado aos processos digitais, o trabalho é realizado pela equipe da URPD.

A assistência ocorre por tempo determinado, em média não ultrapassa duas semanas. O cumprimento dos processos



Unidade Remota de Processamento Digital auxilia a distância no cumprimento das ações em formato eletrônico

por funcionários treinados e especializados é realizado com maior rapidez e menor quantidade de erros, regulariza o fluxo de trabalho e padroniza a rotina, tornando possíveis resultados fantásticos em unidades sobrecarregadas.

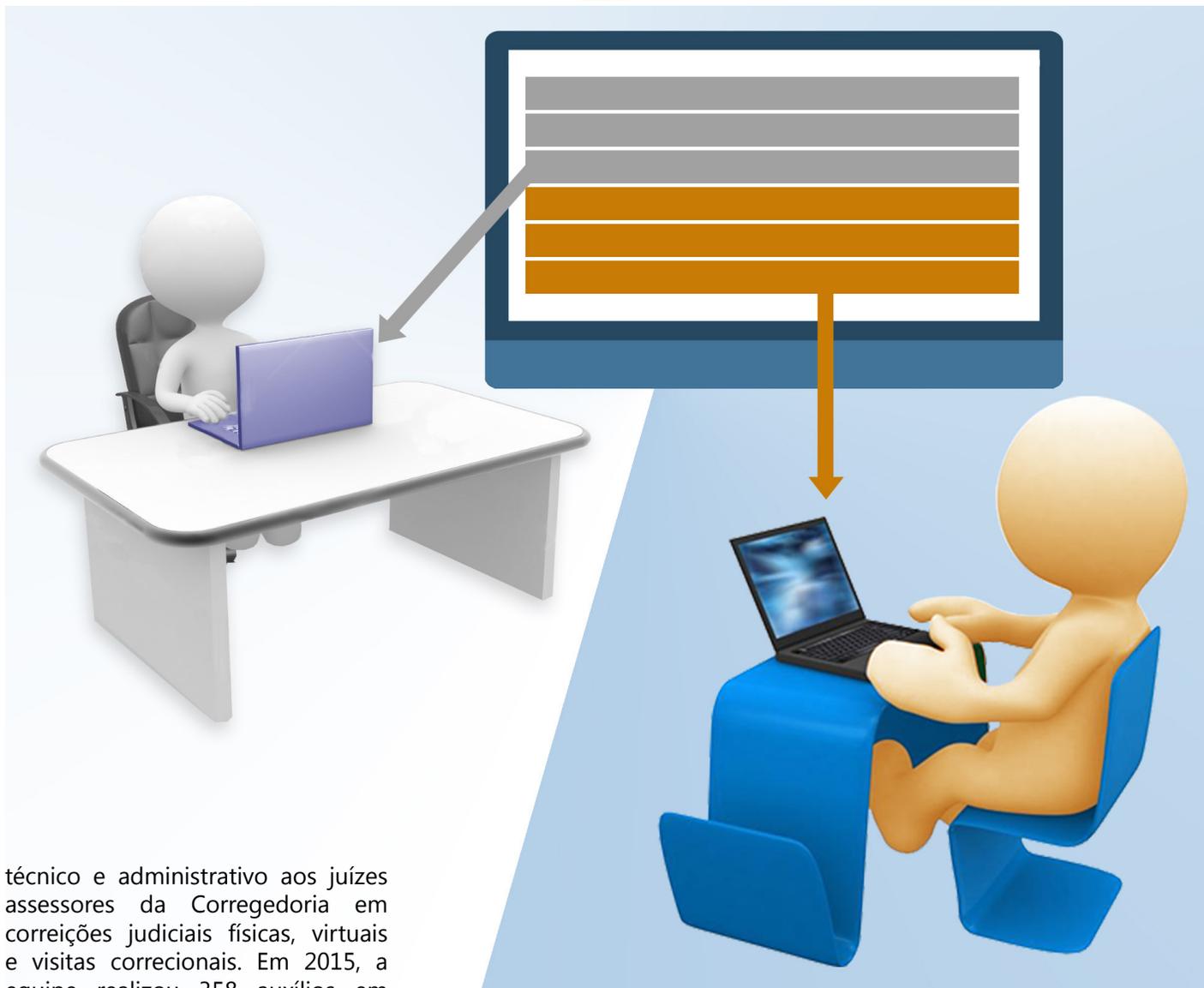
GTJud-3 – A rotina da equipe começa com uma visita de monitoramento e diagnóstico à

unidade judicial, onde são coletados todos os dados possíveis: número de feitos, atraso no expediente, quadro funcional, instalações físicas, sistema informatizado e forma de trabalho. Nos casos possíveis, é implantada a Nova Estratégia de Produção – NEP para redução do acervo, inclusive com movimentação física (mudança de prateleiras, mesas, unificação de

prazos e volumes, adequação de pontes de rede de energia etc.). Após o auxílio, se a unidade demonstrar capacidade para manutenção de bom rendimento independente do monitoramento, sugere-se o encerramento. Caso ainda existam gargalos, verificam-se formas para eliminação e novo retorno à unidade. Eles também garantem apoio



GTJud-3 é responsável por orientar as unidades judiciais na adoção e implantação de melhores práticas para execução das tarefas cartorárias



técnico e administrativo aos juízes assessores da Corregedoria em correições judiciais físicas, virtuais e visitas correccionais. Em 2015, a equipe realizou 358 auxílios em unidades judiciais e 378 correições e/ou visitas correccionais. De janeiro a julho deste ano, já contabiliza outras 252 intervenções, além de 63 novas correições e/ou visitas correccionais.

A coordenadora do setor, Patrícia Sanchez, explica que o trabalho busca não apenas a orientação, mas também uma maior integração, uma parceria constante no intercâmbio de informações para a melhoria da prestação jurisdicional e a motivação dos funcionários das unidades visitadas. “É importante passar as orientações que farão diferença na rotina de trabalho deles. Procuramos fazer o melhor possível para que, ao fim da intervenção, eles consigam andar sozinhos”, explica.

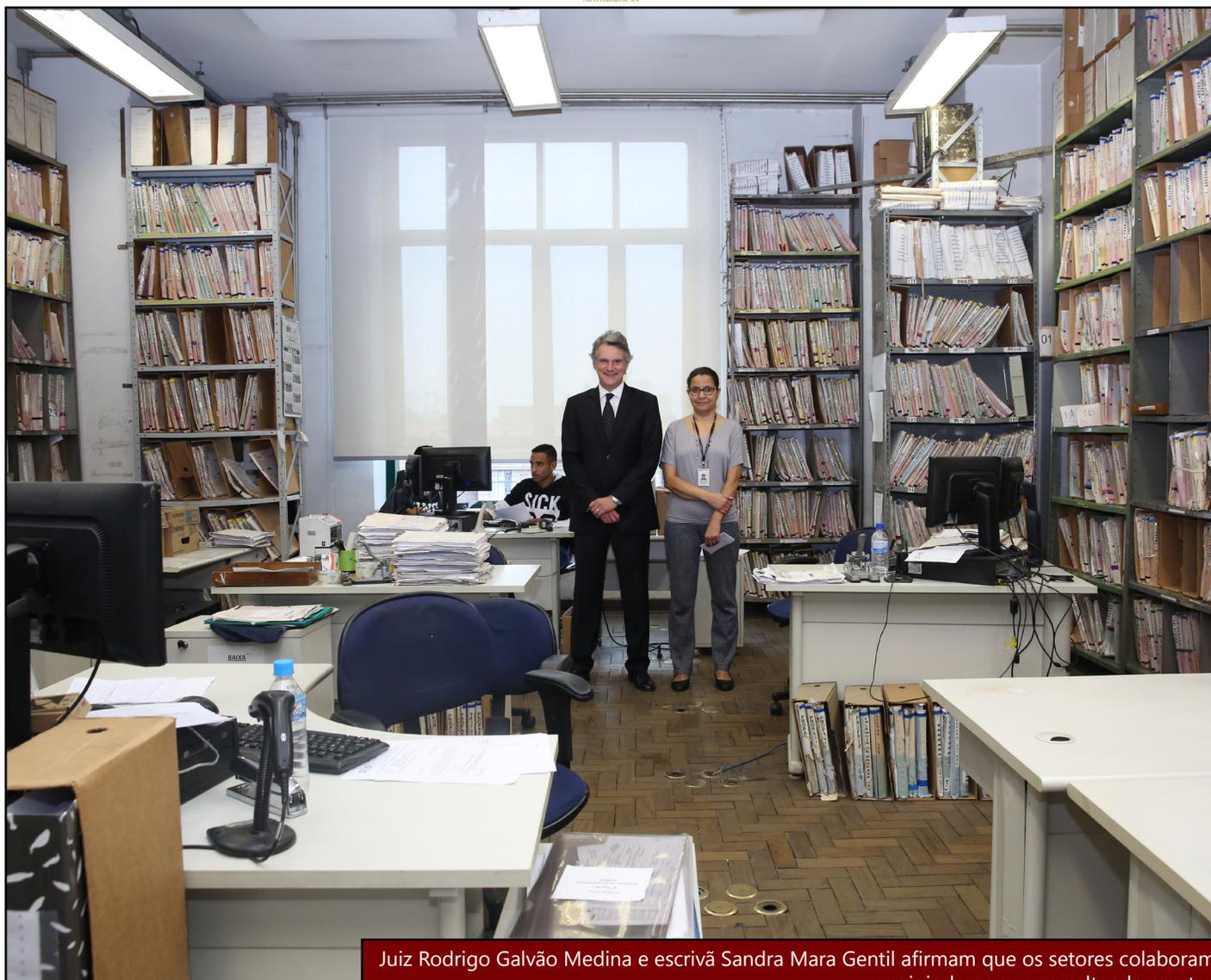
URPD – Criada em razão da implantação do processo digital, a unidade conta com 31 servidores para auxiliar a distância no

cumprimento das ações em formato eletrônico. Ela atende ao Estado inteiro, com apoio remoto, dentro da estação de trabalho. O setor lida com aproximadamente quatro mil processos por semana, a uma média de seis trabalhos semanais, e só no mês de julho, movimentou 17.936 feitos. De janeiro a julho deste ano, 48 varas foram atendidas, totalizando 127.073 processos que envolvem matérias de competência cível comum, família e sucessões, fazenda pública, criminal, execução criminal, infância e juventude, além dos juizados especiais.

Como funciona – Após apurada a necessidade do auxílio, a URPD faz contato com a coordenação do cartório a ser auxiliado e com o magistrado responsável. É realizado levantamento e acordado como o

serviço será realizado. Em seguida, um grupo de servidores da unidade remota é selecionado para a tarefa. Durante o trabalho, a URPD mantém contato diário com o cartório para alinhar o serviço, que segue as regras processuais e Normas de Serviço da Corregedoria.

A coordenadora Márcia Regina Moretti diz que o escopo é ajuda e orientação. “Não se trata de uma correição, mas de um recurso para auxiliar as unidades judiciais a agilizarem a prestação jurisdicional. Realizamos o cumprimento de expediente, com exceção de minutas e procedimentos de maior complexidade. O objetivo do trabalho é um auxílio eficiente que busca a melhoria do cartório e maior celeridade processual, impactando diretamente na sociedade; a intenção é única e exclusivamente de auxílio,



Juiz Rodrigo Galvão Medina e escritã Sandra Mara Gentil afirmam que os setores colaboram corrigindo erros e ressaltando acertos

eventuais equívocos cartorários são tratados com presteza e orientação.

Na prática – A 9ª Vara Cível Central da Capital tem mais de dez mil processos e apenas dez funcionários. Com muitos processos físicos – a maioria antigos e repletos de volumes – esboça um quadro complexo de crescente demanda de trabalho. Em maio deste ano, existiam 2.586 petições juntadas aguardando análise, 2.669 encerramentos de atos pendentes (incluindo despachos, sentenças, decisões, atos ordinatórios e termos) e 2.376 publicações esperando o decurso de prazo.

Após intervenção do GTJud-3 e da URPD para minimizar a quantidade de acervo e dar efetividade ao cumprimento de expedientes, contabilizou uma melhora surpreendente. Depois

de 19 dias de trabalho, esses números caíram para 1.244, 1.716 e 1.554, respectivamente.

Para o juiz da unidade, Rodrigo Galvão Medina, os setores colaboram para que o processo tramite com muito mais celeridade. “Temos processos que se arrastam por muito tempo por causa da grande demanda, além do déficit de funcionários. E eles vêm com o propósito de ajudar, colaborar, corrigindo os erros e ressaltando os acertos. Todo cartório quer ser o mais produtivo possível, serão sempre bem-vindos”, elogia.

A escritã do cartório, Sandra Mara Gentil Felix de Carvalho Costa, diz que as equipes têm o intuito de orientar e de implementar metodologias eficazes para a redução do acervo. “Somos responsáveis e comprometidos,

mas por sermos um cartório enxuto, temos muitos atrasos. Tanto o GtJud quanto a unidade remota fizeram a diferença por aqui. Nos auxiliam, nos orientam. Não são críticas, é tudo parte de um processo de crescimento e melhora, a gente sempre sai ganhando”, finaliza.

Serviço – Qualquer unidade judicial pode requerer o auxílio dos setores, por meio de seus juizes ou escrivães. Para processos físicos, podem entrar em contato pelo e-mail gtjud3@tjsp.jus.br ou telefone (11) 3106-1686; já para processos digitais, pelo e-mail uremota@tjsp.jus.br ou nos telefones (11) 2171-6588 e 2171-6589. A agenda dos dois setores já está fechada até dezembro.

Texto: Ana Claudia Genaro
Fotos: Klaus Silva / **Arte:** Mário C. Silva

SAS em ação

Bem-estar

A Secretaria da Área da Saúde – SAS realiza, periodicamente, programas direcionados aos cuidados com a saúde, estimulando nos servidores do Tribunal de Justiça a reflexão sobre a importância da prevenção e manutenção do bem-estar físico, mental e social. Confira a programação para os meses de outubro e novembro:

Outubro

Outubro Rosa no Tribunal de Justiça –
O evento ocorre mundialmente no mês de outubro e tem como objetivo disseminar a importância do diagnóstico precoce e o tratamento do câncer de mama. Este evento é realizado em parceria com a Comesp, CASC e EJUST.

Programa de Hipertensão e Diabetes –
É realizado em prédios sem ambulatório e consiste na aferição da pressão arterial e da glicemia, com encaminhamento para um de nossos ambulatórios médicos se verificada a necessidade de confirmação de diagnóstico e/ou tratamento adequado da hipertensão e diabetes. É realizado pelo corpo de enfermagem do Tribunal de Justiça.

Programa Prevenir Odontológico II – Continuidade do Programa no Fórum João Mendes Júnior composto de palestra “A Importância e a Influência da Saúde Bucal na Saúde Geral”, oroscopia e seleção para tratamento odontológico. A presença na palestra é compulsória.

Programa Saúde em Ação // Foro Regional do Jabaquara – Nesse programa haverá apresentação de palestra sobre “Promoção de Saúde”, abrangendo alimentação saudável, atividade física, sono e gerenciamento do stress, além de consultas preventivas médicas e de enfermagem.

Novembro

Vamos Caminhar pela Saúde – Caminhada realizada a cada dois meses, em um dos diversos parques da cidade de São Paulo, com o objetivo de chamar a atenção de servidores e magistrados para a importância da atividade física na manutenção da saúde geral. Fique atento aos comunicados disponibilizados pela SAS.

Novembro Azul no Tribunal de Justiça – O evento ocorre mundialmente no mês de novembro e se destina a chamar a atenção para os riscos do câncer de próstata e de outras doenças que acometem a população masculina.

Fiquem atentos à programação! Podem surgir novos eventos que serão sempre divulgados pela Intranet/Internet/Correio Eletrônico

Equipe responsável – SAS 1
Diretoria de Assistência e Promoção de Saúde

Acontece

Motivar para transformar

Parceria entre a Escola Judicial dos Servidores (EJUS) e a Fundação da Fraternidade Judiciária proporcionou o treinamento Automotivação Transformando Vidas, no Foro Regional de Itaquera, nos meses de junho e julho. O curso, dividido em quatro aulas, teve como objetivo oferecer aos servidores o autoconhecimento, utilizando técnicas de Programação Neurolinguística (PNL) e Eneagrama (estudo da personalidade)

As palestrantes Cristiane Perfidio Maeda, orientadora financeira e responsável pelo Departamento Administrativo da Fundação da Fraternidade Judiciária, e Magali Fernandes, orientadora financeira, falaram sobre os princípios da PNL e apresentaram dicas de automotivação utilizando as ferramentas dessa metodologia. Durante o treinamento também foram realizadas dinâmicas de grupo e apresentação de vídeos motivacionais.

“Durante o curso, todos participam, interagem e expõem seus sentimentos e pensamentos, a fim de trabalharem uma transformação” afirma Cristiane Maeda. “Com o treinamento, pretendemos contribuir para que as pessoas encontrem motivação em suas atividades, ou seja, entendam o ‘motivo’ que leva sua ‘ação’ a ter significado,” diz Magali Fernandes.

Os encontros trataram de assuntos como padrões de



comportamento, traços de personalidade, automotivação e como definir objetivos.

No último encontro, o primeiro tema abordado foi “talentos”. “Quando precisamos de motivação, mas nada nem ninguém nos auxilia e precisamos achar o caminho sozinhos, precisamos identificar e usar nossos talentos”, afirma Cristiane Maeda. “O talento se apresenta em atividades que fazemos, que para nós são tão fáceis e simples, e que executamos com prazer, mas para as outras pessoas são difíceis de realizar. Quando colocamos nossos talentos em prática, nos motivamos.”

Em seguida, Magali Fernandes conversou sobre como formular objetivos e pô-los em prática. “O objetivo começa na nossa mente, na formulação do desejo. Então, é necessário que nosso lado racional defina o objetivo claramente e estabeleça um plano de ação para que o alcancemos. Devemos, a

seguir, por em prática tudo o que planejamos, com perseverança, motivação e disciplina. Se existirem decepções pelo caminho, devemos rever o plano de ação, reabastecer nossas energias e nunca perder de vista o objetivo final.”

Ao final do curso, a reação positiva dos participantes era evidente. “Estamos felizes e realizadas,” fala Cristiane Maeda. “Encarregamo-nos de tudo, montamos o conteúdo, preparamos slides, selecionamos vídeos. Estudamos muito para preparar o curso. Buscamos informação e frequentamos cursos e palestras. O conteúdo do treinamento é resultado de tudo que selecionamos de informação com a prática que temos no enfrentamento de questões ligadas aos servidores, em nossa atuação na Fundação da Fraternidade Judiciária.”

“Fizemos o curso ‘Introdução a Programação Neurolinguística e Eneagrama’, com a Marina Bueno, profissional especialista em PNL

e o curso de ‘Practitioner em PNL’. Também fizemos cursos com a psicóloga Maura de Albanesi,” afirma Magali Fernandes. “Discutimos muito sobre cada aula que preparamos e elaboramos tudo em conjunto. Temos uma conexão especial uma com a outra.”

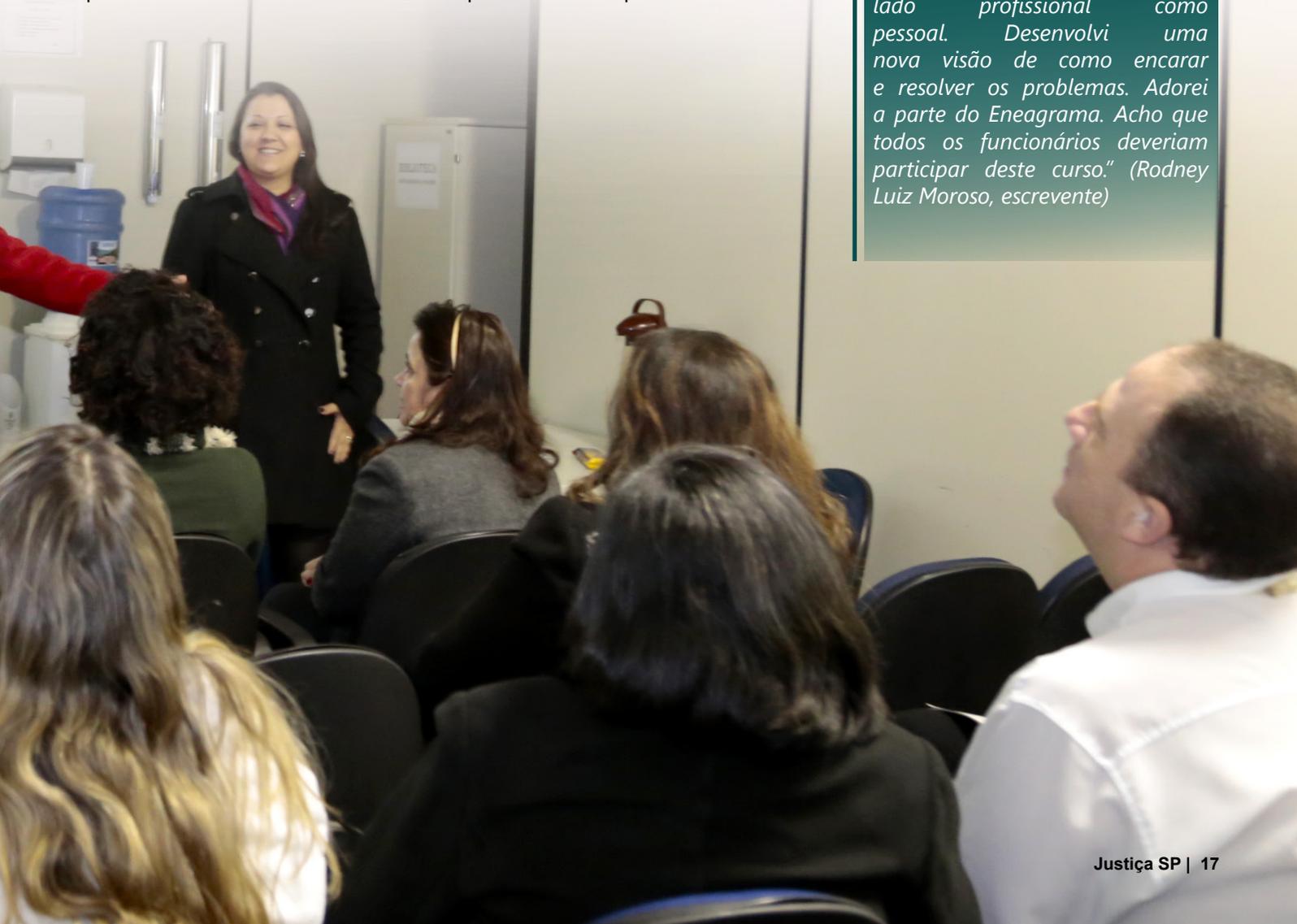
Texto: Dicler Antonio

Foto: Ricardo Lou

“O curso ajudou a me conhecer melhor, me motivar mais e resgatar a autoestima. Ajudou a entender que nosso trabalho no Judiciário não é uma ocupação qualquer, mas que somos importantes para a sociedade.” (Sibeli Cerqueira Francelino, escrevente).

“Foi enriquecedor. Bom para dar um novo ânimo para nós, funcionários. Aprendemos a ser mais positivos, tolerantes e abertos para novas ideias.” (Ivi Laudicea dos Santos, escrevente)

“Aprendi muito, tanto no lado profissional como pessoal. Desenvolvi uma nova visão de como encarar e resolver os problemas. Adorei a parte do Eneagrama. Acho que todos os funcionários deveriam participar deste curso.” (Rodney Luiz Moroso, escrevente)

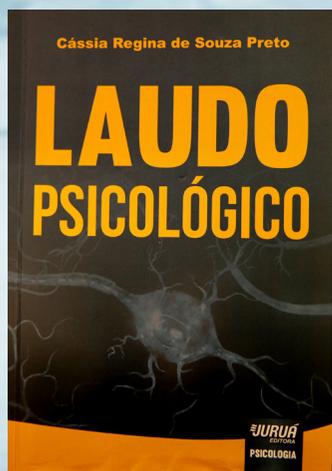




Direito Registral e o Novo Código de Processo Civil – 1ª edição (Editora Forense)

O livro traz estudos pontuais sobre o relacionamento do registro predial com a nova normativa do processo civil. Juristas de notória autoridade e jovens pensadores em ascensão no estudo do Direito se reuniram para compilar seus estudos sobre o tema.

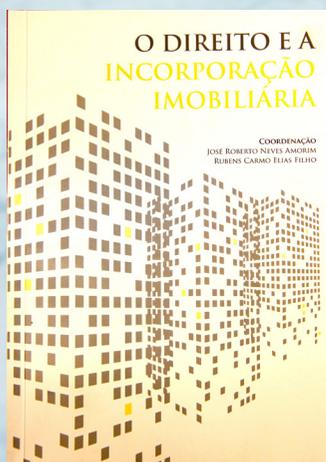
Diversos autores, sob a coordenação do desembargador Ricardo Henry Marques Dip (presidente da Seção de Direito Público)



Laudo Psicológico (Juruá Editora)

Na obra, a servidora – que atua há mais de seis anos na Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Araçatuba – faz a interseção entre ciência e prática profissional e busca fornecer aprendizado para a elaboração do laudo psicológico com base no que ela considera a parte mais importante do documento: as pessoas que estão à frente do psicólogo.

Cássia Regina de Souza Preto (psicóloga do TJSP)



O Direito e a Incorporação Imobiliária (Editora Sine Nomine)

A obra reúne textos elaborados a partir de seminário que contou com profissionais de reconhecimento nacional para debater temas relacionados à incorporação imobiliária, como a responsabilidade civil por vícios construtivos, efeitos dos licenciamentos ambientais e dos alvarás de construção e a utilização da mediação e conciliação como política pública de justiça.

Autores diversos, sob a coordenação do desembargador José Roberto Neves Amorim (coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – Nupemec) e do advogado Rubens Carmo Elias Filho

TJSP marca presença no caminho da chama olímpica



Funcionário aposentado do Tribunal de Justiça conduziu a tocha olímpica, durante percurso oficial pelas ruas de Paraguaçu Paulista

“É o coroamento da vida de meu pai, que teve uma vida esportiva intensa,” fala o desembargador Flávio Cunha da Silva, não disfarçando a emoção ao ver Orlando Theodoro da Silva, funcionário aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo e seu pai, conduzir a tocha olímpica pelas ruas de Paraguaçu Paulista, no dia 28 de

junho. Aos 89 anos, “Orlandinho”, como é conhecido por todos na cidade, foi o primeiro e mais festejado condutor da tocha, dentre os 15 escolhidos para a honraria no Município. Além da presença de boa parte dos moradores de Paraguaçu, mais de 30 familiares do Seo Orlando prestigiaram o evento, vindos de várias partes do Estado.

A ex-jogadora de basquete Elzinha, que atuou pela seleção brasileira, também foi uma das condutoras.

Demonstrando ainda estar em boa forma física ao percorrer com desenvoltura os 200 metros do percurso em que carregou a tocha, o homenageado tem uma vida dedicada ao esporte e ao trabalho assistencial na região. Jogou futebol

e basquete e, como jogador de tênis, integrou a equipe que foi campeã regional da Alta Sorocabana por 17 anos consecutivos. Depois, atuou na Comissão de Esportes da Prefeitura por muitos anos, ajudando prefeitos de diferentes partidos, sempre trabalhando pelo incentivo ao esporte em Paraguaçu, sobretudo para a população carente.

“Terminei o grupo escolar em 1939. No ano seguinte, comecei a trabalhar no cartório judicial e de notas da cidade. Fui mandado embora, no mesmo ano, pois houve mudança na direção do cartório e eu fui desligado para ‘contenção de despesas’. Trabalhei em vários outros lugares, até que em 1943 voltei ao cartório. Ali, fiquei até me aposentar, em 1978. Estive no Judiciário por mais de 35 anos e, entre outras atividades, fui oficial de Justiça e oficial maior do cartório”, conta.

Em 1958, quando finalmente o ensino noturno chegou a Paraguaçu, Seo Orlando retomou os estudos. Quando cursou direito nas Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, de Presidente Prudente, já tinha 30 anos de idade.

“Moro há 89 anos nesta cidade. Nasci em uma casinha humilde, com telhado de zinco. Nunca quis sair daqui porque sou apegado ao lugar. Gosto de tudo em Paraguaçu. Toda a cidade me conhece”, justifica Seo Orlando por nunca ter deixado a terra onde nasceu. No ano passado, o Sesi inaugurou uma quadra poliesportiva batizada com o nome do Seu Orlando. Foi a segunda, pois existe outra, da prefeitura, também com nome dele. “Aqui prosperei, mas a minha maior riqueza é minha família. Somos muito unidos.”

A emoção de levar a tocha olímpica foi grande, para o Sr. Orlando. “Particpei de eventos esportivos por mais de 20 anos e alcancei muitas vitórias. Joguei tênis até os 55 anos. As conquistas de meus filhos, em suas carreiras profissionais, também me emocionaram. Mas, hoje... meu coração foi testado. É uma emoção única. O Brasil sediar uma Olimpíada já é maravilhoso. Paraguaçu entrar na



Na primeira foto, Seo Orlando ao lado de sua esposa, Maria de Lourdes, prestes a conduzir a tocha olímpica. No centro, lado esquerdo, pose de família, com sua esposa, sua irmã Maria, seu filho Flávio, sua irmã Tereza, sua mãe Maria Benedita, e suas filhas Flávia e Nanci. Na foto de baixo, ao lado de seu filho, o desembargador Flávio Cunha da Silva



rota da tocha olímpica foi algo indescritível. E, entre os mais de 200 milhões de habitantes do país, fazer parte do seleto grupo que teve a honra de conduzir a chama olímpica, é muita sorte. Sentir o carinho do povo durante o trajeto foi emocionante demais.”

Mas, a Olimpíada não foi o primeiro grande evento esportivo que o Seo Orlando vivenciou de perto. “Vi a Copa do Mundo de 1950. Assisti a semifinal no Pacaembu e a final no Maracanã, contra o Uruguai. Entrei 9h30 da manhã no estádio. Que decepção. Jogávamos pelo empate. Na metade do segundo tempo, vencíamos o jogo e já estávamos comemorando o título, quando o Uruguai virou o placar. Foi uma tristeza. Mas, então...vi a final da Copa no Maracanã e agora tive o privilégio de conduzir a tocha da Olimpíada. É benção de Deus! É uma emoção muito grande.”

Sobre as homenagens, ele responde: “Não fiz nada grandioso, mas não fui omissos. Fiz o que pude para ajudar os outros.”

O desembargador Flávio Cunha da Silva lembra que, desde os sete anos, acompanhou o pai nas partidas de tênis. “Seu trabalho no Judiciário me influenciou na decisão de ingressar nas carreiras do Direito. Trabalhei como officeboy e auxiliar de cartório desde os onze anos. Essa convivência com promotores de Justiça e advogados me encantou. Os júrís que assisti aqui em Paraguaçu e em Assis me fascinaram, principalmente quando tinham a participação dos advogados Pedro Elias Arsênio e Edgard Benozatti. Após me formar em Direito, passei no concurso para delegado de polícia e trabalhei no DEIC, na Capital. Depois, ingressei no Ministério Público e fiquei por sete anos na promotoria. Em seguida, passei no concurso para a Magistratura, meu sonho desde os anos de faculdade. Meus três filhos seguiram a carreira do Direito e minha irmã mais nova, a Nanci, é aposentada como servidora do Tribunal.”

Na primeira foto, Seo Orlando conduz a tocha olímpica. No centro, ao meio, pose com a equipe de tênis de Paraguaçu Paulista, ao lado de Dodô, Didi, Michiaki, Nishimura, Cassis, Carlito Nórdia, Pereira do BB e Poneis. No centro, lado direito, em cerimônia da Câmara Municipal de Paraguaçu, quando recebeu o título de “desportista emérito”. Na foto de baixo, pose com a numerosa família

Texto: Dicler Antonio
Fotos: Ricardo Lou e acervo familiar



Juiz Enio Godoy expõe em fotos a nova velha Cuba



A recente abertura ocorrida na ilha de Cuba, motivada pela reaproximação com os Estados Unidos, despertou a curiosidade de turistas em todo o mundo, ávidos por conhecer seus costumes, tradições, arquitetura e cultura, inacessíveis por décadas. Movido pela mesma curiosidade, o juiz Enio Móz Godoy, titular da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Bauru, viajou até a ilha caribenha, a fim de registrar em foto a Cuba real, atual e desconhecida.

O resultado da viagem é a exposição fotográfica "Bem-vinda, Cuba!", que esteve na 'Laudry Deluxe', lavanderia e galeria de arte moderna situada no bairro dos Jardins, em São Paulo. Com a curadoria de Deborah Duarte, a exposição ficou até 17 de setembro na Capital e estará em Bauru, a partir da última semana de outubro.

"O que me levou a Cuba foi a possibilidade de fotografá-la. Parti com objetivo traçado: queria, sobretudo, fotografar, em Havana,

sua frota de carros em movimento, antes que os norte-americanos tomem conta do lugar e modifiquem tudo," diz Godoy.

Deborah Duarte conta que o que mais a impressionou na exposição foi a maneira como a ilha foi retratada. "Quando vi as fotos, antes mesmo de conversarmos sobre o trabalho, percebi o sentimento que o movia ao dar o 'clíc' em cada fotografia para registrar a decadência, a falta de liberdade e a ideologia sufocando um povo."



Os relatos de Godoy sobre a viagem impressionam e esclarecem. Suas fotos retratam e desvendam.

“Os primeiros passos por Havana são chocantes! Você percebe que

o lugar está parado na década de 50, do século passado. Tudo remete a essa época. Construções corroídas pelo tempo, parecendo um território saído de uma guerra, o centro

antigo decaído, comércio incipiente e restrições ao povo de toda ordem. Até os melhores hotéis estão deteriorados. Fiquei no mesmo hotel em que a comitiva



do presidente Obama se hospedou. Dos seis elevadores, apenas três funcionam. O carpete dos corredores cheira a urina de rato.”

“A internet é quase inexistente e com uma velocidade de conexão baixíssima, similar à discada. Levei na viagem um celular 4G e não pude utilizá-lo. Quem está lá se sente, de fato, isolado do Mundo. É um ambiente de opressão. Somente aqueles que trabalham no governo vivem razoavelmente. A grande maioria vive de forma muito sofrida. Percebe-se que o povo deseja mudanças, mas não tem força para conseguir, pois o poderio militar fala mais alto.”

“Um engenheiro cubano ganha cerca de 75 dólares por mês. Não vi e acredito que não existam supermercados tais quais os que conhecemos no Brasil. Lá, não existe diversidade de produtos para consumir. As bodegas e biroskas ostentam prateleiras vazias. Quando aparecem produtos, existe limitação de quantidade para compra. Vende-se quase tudo a granel, em pequenas quantidades. E a qualidade é péssima. Açúcar refinado não existe.”

“Não vi e não ouvi falar de criminalidade. A punição ao crime é severa. Por exemplo, a pena para um usuário de drogas que esteja portando um cigarro de maconha é de cinco anos de reclusão. Para o turista é bom, pois pode visitar a ilha com tranquilidade.”

“Em contraste com o estado físico do lugar, sente-se a enorme simpatia e amabilidade do povo cubano, que é extremamente agradável. Os cubanos são alegres e adoram brasileiros. Tratam-nos muito bem. Somos mais bem tratados do que europeus e norte-americanos.”

“Mas o charme irresistível são os velhos carros que circulam pela cidade. Devido à idade avançada, são equipados com motor a diesel de fabricação russa, pois os originais já se foram há muito tempo,” constata Godoy.

De fato, os registros dos antigos automóveis circulando pela avenida à beira-mar, se destacam na exposição. Muitas fotos poderiam



Juiz Enio Móz Godoy em seu gabinete de trabalho, decorado com sua arte



Vernissage da exposição fotográfica "Bem-vinda, Cuba!," que ocorreu no dia 18 de agosto e atraiu fãs da fotografia, entre eles, o juiz assessor da Presidência Sylvio Ribeiro de Souza Neto



Curadora Deborah Duarte

confundir quem as vê, remetendo sua real localização a um passado, em alguma cidade do interior dos Estados Unidos, não fossem os ocupantes dos carros, todos morenos, mulatos, latinos, cubanos.

"Fotografar Havana foi uma enorme satisfação pessoal. Apesar dos registros com equipamento digital, câmeras Nikon, Leica e celular, o clima remetia sempre ao passado, como o charme e glamour das câmeras analógicas, com filme e revelação. Tirei muitas fotos no bar 'Bodeguita', famoso por ter sido frequentado por Ernest Hemingway," conta Godoy.

O ituano Enio Móz Godoy entrou no Judiciário em 1976, na sua cidade natal. Foi auxiliar de cartório e escrevente. Em 1982 passou no concurso para oficial de Justiça e exerceu o cargo até 1992, quando

integrou a primeira turma Escola Paulista da Magistratura (EPM). Em 2016, completa 40 anos dedicados ao Judiciário. Como juiz, atuou nas comarcas de Mogi-Mirim, Indaiatuba, São Pedro, Mairinque e na Capital. Depois, de atuar oito anos em São Paulo, voltou para o interior, visando melhorar sua qualidade de vida. Foi juiz em Limeira e, finalmente, chegou a Bauru, para atuar na Vara de Execuções Criminais, há quase dez anos. "Adoro Bauru. Vale a pena viver aqui," diz.

O amor pela fotografia também começou em 1976, logo que começou a trabalhar. No início, utilizou uma Olympus Trip 35, como brincadeira e sem nenhuma pretensão. Depois, passou para uma Pentax K1000. Quando trabalhou em São Paulo, sentiu necessidade de transformar a brincadeira em "hobby" para amenizar a tensão provocada pela atuação profissional. Construiu para isso um pequeno laboratório em casa.

"Nunca fiz nenhum curso. Tudo que sei foi lendo a respeito e testando. Gosto de fotografar o que me chama a atenção. O que atrai o meu olhar. Um detalhe. Um momento. Isso é algo que se desenvolve com o passar do tempo, até o fotógrafo definir sua "assinatura" na fotografia. Minha marca é fotografar somente o que gosto e também trabalhar com a velocidade e o tempo. Registrar a fluidez da vida e cenas do dia a dia, congelar o objeto em movimento, utilizando, muitas vezes, apenas um celular."

"Minha página no "Flickr" tem mais de um milhão e trezentas mil visualizações. Isso é que me incentiva a produzir e me dedicar cada vez mais à fotografia. Ganhei concursos e algumas fotos minhas foram publicadas em revistas internacionais de fotografia e propaganda (DNG Photo Magazine e Photography Bay, entre outras) e também ofertadas em sites de venda de imagens, como o Getty Images."

Texto: Dicler Antonio
Fotos: Ricardo Lou e Enio Godoy

A ética dos juízes
sob perspectiva, no

Julgamento em Nuremberg

Alemanha, 1948. Três anos se passaram após a derrota na Segunda Guerra Mundial. Um carro conversível, em alta velocidade, corta as ruas da cidade. Nele, é conduzido o juiz Dan Haywood (Spencer Tracy), recém-chegado à Alemanha, com a missão de presidir o último julgamento dos processos de guerra contra criminosos nazistas. O cenário ao redor da via é de escombros e desolação. Nuremberg, local onde o partido nazista fazia seus comícios de propaganda, sofreu duramente as consequências da derrota e foi reduzida à ruínas. Ali também foi o local escolhido para sediar o julgamento dos

líderes nazistas. O Palácio da Justiça, construção imponente que ainda se destaca na cidade, recebe, a cada sessão de julgamento uma audiência lotada, sobretudo de militares norte-americanos.

– Eu não sabia que estava tão ruim assim – diz o juiz Dan Haywood, impressionado com a visão de decrepitude e miséria da cidade, prestes a se hospedar na mansão que pertencera a um general nazista. Ele sabe que não foi um dos primeiros a ser convidado para a tarefa de conduzir aquele julgamento. Muitos juízes não aceitaram a tarefa. Boa parte dos líderes nazistas fugiram ou suicidaram-se antes de

serem julgados, restando apenas, empresários, comerciantes e juízes como réus perante o tribunal, e não havia consenso quanto a necessidade destes irem à julgamento. Por isso ele, um juiz aposentado do interior do Estado do Maine, EUA, acabou por ser a opção escolhida para a tarefa.

Um colegiado de três juízes julgará os réus Emil Hahn (promotor de Justiça durante o Terceiro Reich), e os juízes Friedrich Hoffstetter, Werner Lammpe e Ernst Janning (Burt Lancaster).

Na primeira sessão de julgamento, o oficial do exército americano e promotor, Coronel Tad Lawson



(Richard Widmark), inicia a acusação e afirma que o caso pertence a um tipo raro, pois os réus são acusados de terem cometido crimes em nome da lei e usaram seus cargos para permitir e legalizar as atrocidades nazistas contra o povo judeu. São eles, a personificação do que aconteceu na Justiça alemã, durante o Terceiro Reich.

– Como juízes, eles também eram líderes no Terceiro Reich e fizeram parte na execução dos mais atroz, meticulosos e devastadores crimes cometidos na História da Humanidade.

Conclui o promotor que os réus tinham ainda maior grau de culpa,

pois já eram juízes maduros antes de Hitler ascender ao poder e, em sua formação, não sofreram influência da ideologia nazista.

O advogado Herr Holfe (Maximillian Schell), inicia a defesa afirmando que as decisões do Tribunal irão apontar um código de Justiça que será seguido por todo o mundo civilizado.

– Como este código será estabelecido? A Justiça será encontrada não apenas em provas e documentos, mas, sobretudo, no caráter dos homens, diz Holfe.

Em seguida, ele apresenta o perfil do juiz Ernst Janning. Respeitado por seu saber jurídico, o magistrado,

participou da formação da República de Weimar, após o fim da Primeira Guerra Mundial, e foi um dos autores de sua democrática Constituição. Nos anos que se seguiram, adquiriu fama internacional com a publicação de vários livros sobre temas legais, utilizados em universidades de todo o mundo. Sua reputação de juiz honrado e justo é conhecida em toda a Alemanha.

– Um juiz decididamente não faz as leis. Ele executa as leis de seu país. Deveria o juiz Janning ter executado as leis do seu país, ou deveria ter recusado e se tornado um traidor? Este é o dilema e tema fundamental deste julgamento. Não é apenas Ernst Janning que está em julgamento aqui. É todo o povo alemão – afirma Holfe, ao encerrar sua argumentação.

O julgamento esquenta quando duas testemunhas de acusação depõem. A primeira, Rudolph Petersen (Montgomery Clift), um humilde ajudante de padeiro, filho de um opositor ao governo nazista, que foi obrigado, por determinação judicial, a comparecer a um hospital para ser esterilizado, apenas por ter se envolvido em uma briga contra policiais da “SS”. Durante seu testemunho, a defesa afirmou que ele sofreu esterilização, não por razões políticas, mas por ser ele um homem que apresentava sinais de debilidade mental e ser filho de uma mulher que morreu internada em um hospício. A lei nazista determinava a esterilização de deficientes mentais.

A segunda testemunha é Irene Hoffman (Judy Garland), envolvida em um famoso julgamento ocorrido durante o governo de Hitler, o “Caso Feldenstein”, em que um homem foi condenado por ter cometido poluição racial – qualquer não ariano que tivesse relações sexuais com um ariano poderia ser condenado a morte. Feldestein, um comerciante judeu respeitado e um dos chefes da congregação judaica de Nuremberg, teria se relacionado com Irene, que tinha na época 16 anos de idade. O julgamento mobilizou o país e, apesar dela negar veementemente as acusações maliciosas, pois sendo



Montgomery Clift e Judy Garland são duas entre muitas estrelas do filme, que também contou com William Shatner em seu começo de carreira

órfã, tinha com o réu uma relação de pai e filha, Feldenstein foi condenado à morte. O promotor do caso foi Emil Hahn e o juiz, Janning, que



também havia assinado a ordem de esterilização de Petersen.

Durante sua estadia na Alemanha, o juiz Haywood identifica no povo alemão uma atitude de respeito e o acolhimento aos vencedores da guerra, por derrotarem o nazismo. Encontra um povo educado e culto, como a Sra. Bertholt (Marlene Dietrich), viúva do general cuja residência agora o hospeda, ou como os empregados que trabalham na casa, que se ofendem com a insinuação de que sabiam e concordavam com as atrocidades nazistas.

Na parte final do julgamento, Ernst Janning depõe voluntariamente e nega a tese de que os magistrados não sabiam das atrocidades cometidas pelos nazistas contra as minorias, mas que aplicara as leis do regime, achando que era apenas uma fase na recuperação do país.

Se não bastasse a dificuldade em se decidir sobre sentença polêmica, os juízes do caso sofrem pressão das próprias autoridades americanas. Os russos haviam acabado de invadir a Tchecoslováquia, aumentando a tensão no quadro que seria definido como "guerra fria", tornando a Alemanha Ocidental um aliado crucial naquele jogo político. Não seria interessante uma sentença severa contra figuras admiradas pelo povo alemão.

Como irá decidir o Tribunal de Nuremberg, neste caso? Será tolerante com os novíssimos aliados na "guerra fria"? Ou entenderá que magistrados que aplicam uma lei eticamente injusta devem ser punidos e condenados?

Apesar do enredo cativante e polêmico, baseado em fatos reais, Julgamento em Nuremberg também é um grande filme pela sua qualidade cinematográfica. O talentoso diretor Stanley Kramer conduz com precisão o espetacular elenco e consegue grandes performances. Kramer foi diretor e produtor de cinema e foi indicado a nove Oscars por filme e direção, ganhou 23 prêmios e recebeu mais 21 indicações para outros prêmios de cinema. Foi descrito pelo diretor Steven

Spielberg como “um de nossos maiores cineastas, não apenas pela arte e paixão que colocou nas telas, mas também pelo impacto que teve na consciência do Mundo”.

Em Julgamento em Nuremberg, a dupla Spencer Tracy e Marlene Dietrich brinda a todos com mais uma grande interpretação, enquanto Burt Lancaster, Montgomery Clift e Judy Garland também estão memoráveis. Até mesmo o novato Maximilian Schell está impecável e leva, pelo papel, o Oscar de melhor ator, na melhor atuação de sua vida.

Por tudo isso, Julgamento em Nuremberg, indicado a onze Oscars em 1962, é um filme imperdível, para quem gosta de História, para quem gosta dos assuntos da Justiça e para quem gosta de cinema.

Texto: Dicler Antonio
Fotos: Internet



Maximilian Schell e Richard Widmark. O primeiro, levou o Oscar de melhor ator por sua interpretação

Direção: Stanley Kramer

Ano de Produção: 1961

Elenco: Spencer Tracy, Burt Lancaster, Marlene Dietrich, Maximilian Schell,

Richard Widmark, Montgomery Clift, Judy Garland

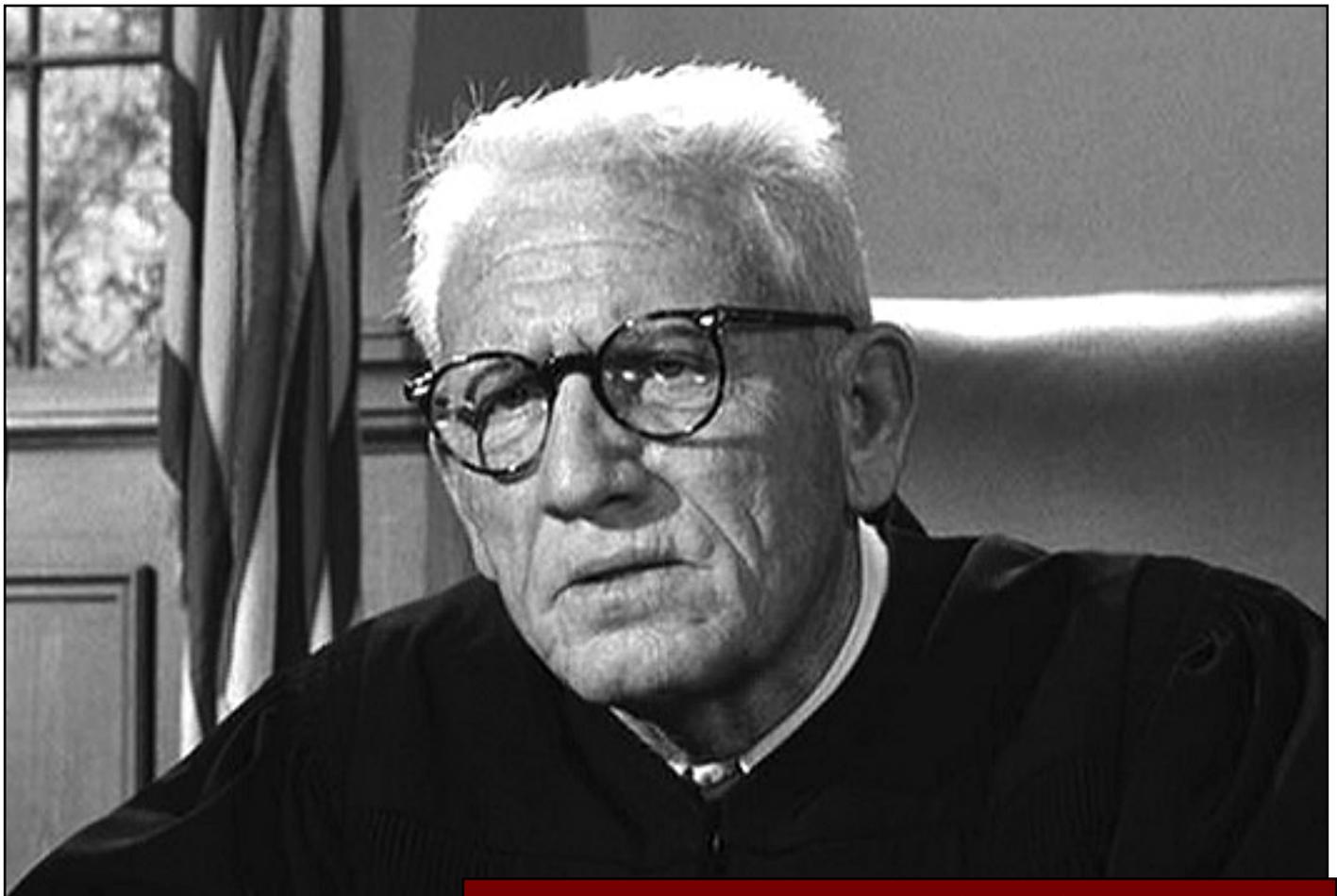
Roteiro: Abby Mann

Fotografia: Ernest Laszlo

Música: Ernest Gold

Produção: United Artists

Indicado a 11 Oscars, venceu em Melhor Roteiro Adaptado e Melhor Ator



Spencer Tracy interpreta o juiz Dan Haywood, cuja missão é julgar seus pares alemães





Palácio da Justiça



Justiça SP – Revista Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com periodicidade trimestral

Corpo Diretivo

Desembargador – Alexandre Alves Lazzarini
Juiz Substituto em 2º Grau – Antonio Carlos Alves Braga Júnior
Juíza Assessora da Presidência – Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins

Jornalista Responsável

Rosangela Sanches

Corpo Editorial

Rosangela Sanches
Maria Cecília Abatti Souza Cruz
Liene Dias Vicente
Alexandre de Lima Marcusso
Dicler Rodrigues Antonio

Corpo Técnico

Editor

Dicler Rodrigues Antonio

Reportagem

Ana Claudia Guerra Brasileiro Genaro
Alexandre de Lima Marcusso
Dicler Rodrigues Antonio
Guilherme Fujimoto Amorim

Fotografia

Antonio Carlos Carreta
Gedeão Dias da Silva
Klaus Silva

Ricardo Braga Lou

Editoração Gráfica

Dicler Rodrigues Antonio
Mario Cesar Silva

Revisão

Guilherme Fujimoto Amorim
Rosangela Sanches

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Presidente

Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

Vice-Presidente

Desembargador Ademir de Carvalho Benedito

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças

Decano

Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

Presidente da Seção de Direito Privado

Desembargador Luiz Antonio de Godoy

Presidente da Seção de Direito Criminal

Desembargador Renato de Salles Abreu Filho

Presidente da Seção de Direito Público

Desembargador Ricardo Henry Marques Dip

Apoio técnico

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Fotos: Seção Imagens (Antonio Carreta); Seção Bem-estar (www.frestockphotos.com); matéria Julgamento em Nuremberg (www.cimemaclássico.com, images.popmatters.com, americanerotic.com, saintpetersblog.com e thejudgyarlandexperience.com); ilustração da Capa (Mário Cesar Silva)

Produzida por:

Secretaria da Presidência

Secretária Claudia Regina Busoli Braccio Franco Martins

SPR 6 - Diretoria de Comunicação Social

Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/nº - CEP 01018-010 - São Paulo (SP) - 2º andar, Sala 212

Telefones: (11) 3117-2588 – imprensatj@tjsp.jus.br